

CARACTERÍSTICAS DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS PRODUZIDOS POR EDITORAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS

Silvana Schultze

Mestranda em Ciência da Informação na ECA, USP. Especialista em Comunicação Empresarial pela Cásper Líbero e bacharel em Comunicação Social (Jornalismo) pela UNESP, Coordenadora editorial de periódicos científicos da Universidade Presbiteriana Mackenzie, silvanabr2000@hotmail.com

Resumo: O trabalho apresenta características de periódicos científicos, no formato impresso, produzidos por editoras universitárias brasileiras, levantadas a partir da análise de títulos publicados regularmente entre janeiro de 2000 e dezembro de 2003, nas três grandes áreas, com base em modelo de avaliação desenvolvido especificamente para pesquisa de mestrado a ser defendida no segundo semestre de 2005 na Escola de Comunicação e Arte (ECA), USP. Discute o forte caráter institucional que estes títulos apresentam, em comparação com os periódicos científicos produzidos por sociedades. Reflete a respeito das funções de uma editora universitária e apresenta um breve histórico de periódicos científicos e os principais problemas enfrentados por eles no Brasil. Questiona o espaço ocupado por periódicos no formato eletrônico e reflete a respeito de conhecimento científico, divulgação científica, processo editorial e modelos de avaliação de periódicos científicos.

Palavras-chave: periódicos científicos; avaliação de periódicos; editoras universitárias; editoração científica

Abstract: Characteristics of printed scientific periodicals, produced by Brazilian university publishers are presented, obtained by analysis of titles published between January of 2000 and December of 2003, in three areas, based in a model of evaluation developed as part of a master degree research dissertation, which will be defended in the second semester of 2005 at School of Communication and Art (ECA), USP. Strong institutional character of these titles are discussed and compared with scientific periodicals produced by societies. Reflects about the functions of an university publisher and presents a brief historical of scientific periodicals and the problems faced by them in Brazil. Questions the place occupied by electronic periodicals and reflects about scientific knowledge, scientific spreading, publishing process and evaluation models of scientific periodicals..

Keywords: scientific periodicals; evaluation of periodicals; university publishers; scientific editing

1 INTRODUÇÃO

Muitos estudos de avaliação de periódicos são realizados tendo como universo de pesquisa títulos de determinada área ou de um mesmo título em determinado período. Tais pesquisas permitem verificar a evolução dos periódicos analisados, em relação aos critérios básicos de avaliação normalmente utilizados, como regularidade, periodicidade e diversidade regional e institucional de autores e de comissão ou conselho editorial, bem como aspectos formais de um modo geral (resumo e normalização das referências bibliográficas, por exemplo), e focam-se basicamente nos títulos produzidos por instituições de ensino e pesquisa, por sociedades ou por associações de classes.

Ao mesmo tempo, o aumento do número de instituições de ensino superior, públicas e particulares, que contam com suas próprias editoras, coloca o tema editoras universitárias num destaque que o faz merecer uma pesquisa aprofundada. Este aumento pode ser observado, basicamente, no avanço do quadro de associados da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), criada em 1987, que conta hoje com 115 associados, oriundos de todo o país (dados extraídos de www.abeu.org.br acesso em 17/06/2005). A ABEU exibiu, na 18ª Bienal Internacional do Livro, realizada em 2004 em São Paulo, o maior estande da feira, com 932 m², ocupado por 63 editoras universitárias do Brasil todo.

Assim, este trabalho pretende focar os resultados obtidos em pesquisa realizada com periódicos científicos produzidos regularmente por editoras universitárias brasileiras entre janeiro de 2000 e dezembro de 2003. Estes resultados serão analisados à luz de reflexões a respeito do conhecimento científico e de sua divulgação, da função de editoras universitárias e do processo editorial de periódicos científicos, precedidos por um breve histórico de periódicos e dos problemas enfrentados por estes no Brasil, bem como a respeito de outros modelos de avaliação.

2 DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

O conhecimento científico é representado por uma série de conceitos interligados pela visão do mundo do pesquisador. Quando este encontra uma deficiência ou anomalia em seu estado de conhecimento, busca informações que a corrijam, e assim cria-se um novo estado de conhecimento que poderá transformar as estruturas vigentes (TARGINO, 1999/2000).

O conhecimento científico pode ser transmitido por canais formais, informais ou semi-formais (ARAÚJO, 2002, p. 28):

- **Formais**

Canais que veiculam informação já estabelecida ou comprovada através de estudos, compreendendo livros, periódicos, obras de referência e artigos de literatura, documentos que constituem repositórios nos quais uma unidade de informação é buscada para consulta e/ou aplicação prática.

- **Canais informais**

São caracterizados por contatos realizados entre os sujeitos emissores e receptores de informação, compreendendo trocas de correspondência, reuniões, contatos interpessoais e visitas. Esses processos desempenham funções muito importantes na produção do conhecimento, pois através deles pode-se realizar verificações no sentido de retificar as informações geradas; veiculam, portanto informações em processo, relativas, principalmente, a práticas informacionais em andamento.

- **Canais semiformais**

Caracterizados pelo uso simultâneo dos canais formais e informais.

A produção do conhecimento científico, segundo Trzesniak (2002) ¹ pode ser encontrada em regime de:

- **Ebulição:** fase em geral desencadeada por uma nova descoberta ou uma nova idéia, durante a qual esforços, mesmo que pequenos, possibilitam a obtenção de resultados desconhecidos, de grande impacto e em grande quantidade. Funciona como uma oportunidade de exposição da ciência e de sua importância para a sociedade.
- **Evaporação:** fase em que a expansão do conhecimento ocorre de maneira mais tranqüila, na qual os resultados inéditos e de impacto exigem grande esforço e sua quantidade é relativamente menor.
- **Condensação:** fase em que aparecem predominantemente os artigos de revisão, e à qual corresponde o recolhimento de resultados novos, quase sempre disponíveis de maneira caótica e desorganizada, condensando-os em texto ou volume único.
- **Reelaboração:** corresponde ao trabalho com um conhecimento já condensado, apresentando-o sob um novo enfoque ou abordando-o de modo alternativo.
- **Aplicação:** é o conhecimento na fase tecnológica, sendo empregado com o sentido de finalidade, de propósito, gerando ou induzindo um resultado desejado, definido *a priori*.
- **Autopreservação:** são as ações em que os detentores do conhecimento buscam a sua preservação, por meio do ensino ou da divulgação científica.

Ao repassar à comunidade seus conhecimentos científicos, o pesquisador confirma-se como cientista, primeiro pelo reconhecimento dos pares, e segundo pela própria instituição, que exige produção intensa de publicações originais.

A aprovação da produção científica ocorre quando o pesquisador e os pares assumem uma postura crítica e racional para reproduzir a realidade sem disfarces, de forma transparente, permitindo o acesso ao maior número possível de informações, uma vez que a ciência evolui a partir da comprovação ou refutação de hipóteses e teorias, analisadas criteriosamente pela comunidade científica. A refutação, por sua vez, representa a transformação de verdades em história, uma vez que, provisórias e mutáveis, as verdades sobrevivem apenas até o momento em que um determinado número de casos as confronta com a realidade. A comunicação científica, portanto, permite que a ciência desbanque os mitos, palpites e superstições, e é válida e necessária também nos casos em que a pesquisa não atingiu os objetivos desejados (TARGINO, 1999/2000).

Meadows (1999) defende a comunicação formal como mais eficiente no processo de divulgação científica, afirmando que a escrita pode ser absorvida mais rapidamente do que uma apresentação oral. Além disso, a escrita permite idas e vindas, podendo ser mais objetiva, uma vez que a oralidade exige redundância para melhor fixação das idéias.

3 PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

As atividades de divulgação científica iniciaram-se há 400 anos, quando a preocupação com o excessivo número de publicações e cartas científicas levou à criação da Royal Society of London, em 1665. Com o intuito de controlar a qualidade dos informes, a sociedade autorizou a primeira publicação científica, intitulada *Philosophical Transactions of the Royal Society of London*, com a exigência do crivo de avaliação de alguns membros da própria Society of London (POBLACIÓN e colaboradores, 2003, p. 498).

¹ Anotações da palestra **Divulgação Científica**, proferida por Piotr Trzesniak durante o *I Simpósio Sul-Brasileiro de Editoração Científica*, em Umuarama, PR, set. 2002.

O periódico científico, ou técnico-científico, é uma publicação seriada e com periodicidade definida. É também designado no Brasil como revista científica (ou técnico-científica). No meio acadêmico a preferência é pela denominação revista científica, sendo até mesmo comum que professores, pesquisadores, cientistas e estudantes a chamem somente de revista. Bibliotecários, por sua vez, preferem a denominação periódico científico (STUMPF, 2000).

O surgimento dos periódicos científicos é atribuído ao século XVII, logo após o início da ciência experimental, quando os meios de comunicação até então utilizados pelos cientistas para divulgação dos resultados de suas pesquisas tornaram-se inadequados para a disseminação de novas descobertas (OHIRA e colab., 2002).

Para Mueller (2001, p. 2), o periódico científico conta com três funções: estabelecimento da ciência certificada, que recebeu o aval da comunidade científica; canal de comunicação entre os cientistas e de divulgação mais ampla da ciência e registro da autoria da descoberta científica.

Nos países em desenvolvimento, segundo Trzesniak (2002), estas funções tornam-se ainda mais amplas²:

- os periódicos científicos devem estabelecer e implementar critérios de qualidade para a realização e divulgação de pesquisas;
- devem ajudar a consolidar as áreas de pesquisa;
- devem ser depósitos das informações de interesse nacional ou regional;
- devem treinar revisores e autores em análise e crítica, melhorando a qualidade da ciência.

Hoje, os periódicos científicos no formato eletrônico ocupam um grande espaço dentre os títulos existentes. O desenvolvimento das publicações eletrônicas, que tiveram um grande salto na década de 1990, pode ser dividido em quatro etapas (CRUZ e colab., 2003, p. 3):

- uso de computadores para gerar a publicação impressa, por meio de processadores de texto e editoração eletrônica;
- distribuição do texto em formato eletrônico, com a versão eletrônica exatamente igual à versão impressa;
- a publicação eletrônica tem o formato da impressa, mas agrega alguns diferenciais, como possibilidade de pesquisa, produção de metadados, serviços de alerta;
- publicações elaboradas especificamente para o formato eletrônico, que exploram realmente as possibilidades de hiperlink, hipertexto, som, movimento etc.

Os conceitos acerca dos periódicos eletrônicos ainda não estão consolidados. Cruz e colab. consideram, em seu trabalho, periódico eletrônico aquele que “possui artigos com texto integral, disponibilizados via rede, com acesso on-line, e que pode ou não existir em versão impressa ou em qualquer outro tipo de suporte” (CRUZ e colab., 2003, p. 4).

No Brasil, o periódico *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, editado no Rio de Janeiro em 1862, é considerado o pioneiro (YAMAMOTO e colab., 2002). Mas “a primeira revista científica digna de nota” foi o periódico *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, publicado no Rio de Janeiro por volta de 1910 (OHIRA e colab., 2000, p. 2).

4 DIFICULDADES DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS BRASILEIROS

Para Mueller (2001, p. 1), os periódicos científicos nacionais estão presos num círculo vicioso:

² Anotações da palestra **Divulgação Científica**, proferida por Piotr Trzesniak durante o *I Simpósio Sul-Brasileiro de Editoração Científica*, em Umuarama, PR, set. 2002.
ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 6., 2005, 4
Florianópolis, SC.

muitos são publicados de forma semi-amadora e têm um esquema de distribuição deficiente. Frequentemente apresentam irregularidades na periodicidade e morrem com facilidade. Alguns incluem artigos de qualidade e interesse para o país, embora talvez não interessassem a comunidade científica internacional, mas outros são muito irregulares em seus critérios de seleção.

Como resultado desta reunião de problemas, os periódicos brasileiros acabam atraindo artigos recusados ou que não teriam chances de ser publicados em periódicos estrangeiros, transformando-se em segunda ou terceira opções, pois a tendência geral é que o pesquisador busque publicação nos periódicos de maior visibilidade, que lhe proporcionará maiores chances de citação, indicador reconhecido do prestígio do autor; a busca pelo reconhecimento científico é um dos estímulos mais eficientes para publicar (MUELLER, 2001, p. 2).

A predominância do inglês na divulgação científica talvez seja ainda a maior barreira enfrentada pelos periódicos científicos editados em outros idiomas, entre eles os brasileiros. Para driblar este obstáculo, alguns periódicos nacionais têm optado pela língua inglesa como idioma oficial do veículo, enquanto outros optam por edições bilíngües.

Além disso, as coleções nacionais de periódicos dependem de permuta e doações, o que as torna muitas vezes incompletas, uma vez que a escassez de recursos faz com que as bibliotecas optem por assinaturas de títulos estrangeiros, alimentando o círculo vicioso. Muitos dos problemas dos periódicos nacionais, entretanto, são universais, como ressaltam Krzyzanowski e Ferreira (2003): irregularidade na publicação; irregularidade na distribuição e acesso; falta de normalização do periódico; falta de normalização nos artigos e problemas ligados a avaliação de conteúdo.

Tais problemas são decorrentes do aumento do número de publicações científicas em diferentes suportes, que traz consigo a difícil tarefa do pesquisador e até mesmo das bibliotecas de controlar a massa de informação produzida e distribuída em diferentes meios. A tarefa principal dos periódicos científicos brasileiros é vencer estes obstáculos, pois a editoração científica ainda é o maior indicativo da pesquisa científica produzida no país, e a pesquisa brasileira tem se desenvolvido mais e mais: do reduzido número de cientistas que o Brasil contava na década de 60, chegou-se, em menos de quatro décadas, a um sistema de pesquisa bastante produtivo e com grupos de excelência em quase todas as áreas do conhecimento (PEREZ, 2002).

5 AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

O periódico científico carrega a grande responsabilidade de apresentar rigor em sua elaboração, com o objetivo de garantir a qualidade do produto final. Com o crescente número de títulos lançados a cada ano, entretanto, torna-se cada vez mais difícil para um periódico científico sobressair em meio à grande massa de publicações produzidas e consolidar-se de forma reconhecida pela comunidade acadêmica. Para que isso ocorra, é necessária a utilização de instrumentos de avaliação que permitam a classificação dos títulos, oferecendo à comunidade acadêmica subsídios para identificar os periódicos científicos que melhor sirvam aos seus interesses.

Para Krzyzanowski e Ferreira (2003, p. 45), pode-se obter parâmetros a respeito da qualidade de um periódico científico pela mensuração dos aspectos relacionados ao seu conteúdo, cuja qualidade determina o mérito do título, e de normalização, cujo rigor tornou-se imprescindível, pois “os sistemas automatizados necessitam que os dados estejam em perfeita sintonia com as normas, para que os computadores possam interpretar eletronicamente os dados”.

No que diz respeito ao conteúdo, a avaliação de periódicos deve levar em conta os seguintes aspectos (KRZYZANOWSKI e FERREIRA, 2003, p. 45):

1. qualidade dos artigos (nível científico; atualidade; identificação com a orientação temática da revista; percentual de artigos originais);
2. qualidade do corpo editorial e dos consultores (participação de membros da comunidade nacional e internacional);
3. critérios de arbitragem dos textos;
4. natureza do órgão publicador;
5. abrangência quando à origem dos trabalhos (abertura da revista para autores de nível institucional, nacional e internacional);
6. difusão da revista (distribuição e divulgação devem ser as mais amplas possíveis);
7. indexação (a revista deve pleitear a inclusão das bases de dados nacionais e internacionais, de acordo com a área de assuntos que abrange – quanto maior o número de bases de dados, maior será a valorização de sua qualidade, produtividade e, inclusa, a difusão indireta da revista).

No que diz respeito à normalização do periódico, a avaliação leva em conta os seguintes aspectos (KRZYZANOWSKI e FERREIRA, 2003):

1. formato do periódico: recomenda-se manter sempre o mesmo, ocorrendo mudanças, quando necessárias, somente no início de novos volumes;
2. capa: deve conter título do periódico, instituição responsável, ISSN, número do volume, fascículo, mês(es) por extenso e ano de publicação;
3. folha de rosto: deve conter legenda bibliográfica, indicação de editor e outros responsáveis pela publicação, endereço completo, indicação dos responsáveis pela revisão técnica, forma de aquisição e preço de assinatura, relação dos *referees* e fontes indexadoras do periódico;
4. legenda bibliográfica (conjunto de dados necessários à identificação de uma publicação periódica, fascículos e artigos de periódicos): deve estar de acordo com a NBR 6026 e inclusa na capa, sumário e páginas do texto, contendo título do periódico, local de publicação, números do volume e do fascículo, números de páginas inicial e final de cada artigo (nas folhas do texto do artigo), data (mês e ano), sendo que na capa os meses devem estar grafados por extenso;
5. ISSN (International Standard Serial Number): deve constar o registro do ISSN fornecido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), na capa, página de rosto e/ou sumário;
6. sumário: enumeração das seções e/ou artigos do fascículo, na língua do texto e em inglês, conforme a norma da ABNT NBR-6027.
7. resumos: apresentação concisa dos pontos relevantes do texto, com até 250 palavras, em português e inglês;
8. unitermos, descritores ou palavras-chave: termos indicativos do conteúdo do artigo, escolhidos a partir de vocabulário controlado da área do periódico, em português e inglês;
9. referências bibliográficas: apresentação das referências utilizadas organizadas conforme normas da ABNT NBR – 6023; do Grupo de Vancouver (utilizada pelas revistas internacionais da área biomédica), ou da American Psychological Association (APA), utilizada na área de humanas, entre outras;
10. citação no texto: menção das diversas fontes utilizadas no texto, de forma consistente, por meio de paráfrases (citação indireta) ou transcrição direta (entre aspas);
11. título do artigo: deve ser conciso e completo, indicando o conteúdo do artigo e evitando palavras supérfluas;
12. regularidade: os periódicos devem aparecer pontualmente de acordo com a periodicidade estabelecida;

13. periodicidade: é recomendável que o periódico seja no mínimo quadrimestral, e dependendo da área (saúde, por exemplo), recomenda-se que a periodicidade seja trimestral;
14. tempo de existência: são valorizados os periódicos que conseguem manter vida longa;
15. apresentação gráfica (*layout*): deve ser de boa qualidade a apresentação do periódico como um todo, especialmente suas ilustrações, tanto no formato impresso como no eletrônico;
16. instruções aos autores: orientações claras e abrangentes aos autores para elaboração dos artigos, de forma que o periódico tenha autoridade para devolver artigos que não estejam em conformidade com as mesmas. Devem incluir as seguintes informações:
 - a) objetivo da revista;
 - b) tipos de idiomas aceitos;
 - c) critérios utilizados na seleção dos trabalhos (processo de *peer-review*);
 - d) declaração de responsabilidade do autor pelo conteúdo do trabalho e de conflitos de interesse que possam interferir nos resultados;
 - e) transferência de direitos autorais;
 - f) indicação da categoria de artigos aceitos e orientação quanto à forma de apresentação de cada tipo (originais, revisão etc.);
 - g) orientação geral quanto à forma de envio do material (impressa, disquete, e-mail etc.);
 - h) programas e versões aceitas, tipos de fontes;
 - i) orientação sobre o estabelecimento de descritores no idioma do texto e em inglês;
 - j) incluir exemplos de referência bibliográfica de vários tipos de documentos e especificar a norma utilizada;
 - k) orientação quanto à apresentação de ilustrações, abreviaturas e siglas;
 - l) filiação completa dos autores (nome completo, instituição a que pertencem, endereço, e-mail, destacando o autor responsável pela troca de correspondência com a revista).

No Brasil, os primeiros estudos acerca da avaliação de periódicos surgiram na década de 1960. **Em 1982, Braga e Oberhofer** modificaram modelo desenvolvido em 1967 por Arends, para avaliação de periódicos venezuelanos, para avaliar os periódicos brasileiros, baseando a escolha dos critérios na existência de ferramentas para coleta e análise, nas características peculiares aos periódicos nacionais, como restrições econômicas, e na validade do julgamento da qualidade das duas funções básicas dos periódicos: memória (arquivo do conhecimento) e disseminação (transmissão ampla de idéias) (BRAGA; OBERHOFER, 1982).

Em 1985, Yahn avalia periódicos da área de agricultura pelo modelo de Braga e Oberhofer, com algumas modificações, introduzidas a partir de limitações por ele apontadas. Sugere ainda a inclusão da opinião do pesquisador na avaliação, argumentando que a combinação das duas avaliações conduzirá a resultados mais confiáveis (KRZYZANOWSKI e FERREIRA, 1998).

Em 1986, Martins baseia-se nas normas da ABNT para a publicação de periódicos, avaliando 224 títulos da área de ciência e tecnologia, utilizando formulário próprio para verificação dos itens referentes à normalização. Feita a análise, foram atribuídos pontos cuja somatória classificou cada título de acordo com seu grau de normalização (KRZYZANOWSKI e FERREIRA, 1998).

Em 1991, Krzyzanowski e colab. deram seqüência ao projeto de avaliação de periódicos científicos brasileiros, visando à refinação e atualização do núcleo básico de revistas científicas correntes nacionais definido no primeiro estudo, com o objetivo de

subsidiar o programa de apoio financeiro a revistas científicas da FAPESP (KRZYZANOWSKI e FERREIRA, 1998).

Em 1997, Castro e colaboradores também utilizaram o modelo de Braga e Oberhofer, modificado após um pré-teste, para atender às necessidades específicas do estudo, além de estabelecer procedimentos e critérios para uniformizar a análise das variáveis.

Em 1998, Krzyzanowski e Ferreira, a pedido das agências Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fapesp realizaram avaliação de periódicos financiados pelas respectivas agências. Foram analisados 407 títulos, por meio de metodologia desenvolvida para avaliação de mérito (conteúdo) e desempenho (forma). A avaliação de desempenho foi baseada no modelo de Braga e Oberhofer (KRZYZANOWSKI e FERREIRA, 1998).

Em 1999, Yamamoto realizou, a partir de uma demanda da CAPES, avaliação de periódicos científicos em Psicologia. O modelo foi baseado no proposto por Krzyzanowski e Ferreira (1998), com modificações (KRZYZANOWSKI e FERREIRA, 1998).

Em 1998, a CAPES criou a base de dados Qualis, com o objetivo de aprimorar os indicadores de produção científica no processo de avaliação da pós-graduação brasileira conduzida (SOUZA e PAULA, 2002, p. 1).

6 EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

A função básica de uma editora universitária é “favorecer o desenvolvimento da crítica e da avaliação contínua dos resultados das pesquisas, dentro e fora da universidade” (BUFREM, 2002, p. 20). Tal função pode ser atingida pela publicação dos resultados de pesquisas acadêmicas, seja no formato de livros ou periódicos científicos.

Existe uma tendência geral entre as editoras universitárias brasileiras, entretanto, de prevalência da produção de livros universitários. Exemplo notório desta situação é a Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), que publica exclusivamente livros, sendo que a produção de seus periódicos científicos fica a cargo das unidades ligadas à área de interesse.

Outras instituições de ensino superior atrelam a produção de periódicos científicos à sua editora universitária, quando esta existe, ou então a um departamento criado única e exclusivamente para viabilizar as publicações acadêmicas.

A decisão de se optar por um ou outro caminho está diretamente relacionada à política de divulgação científica adotada pela instituição. No caso da Edusp, pode-se considerar a escolha acertada, pois nos últimos anos a editora da Universidade de São Paulo conquistou uma posição de destaque no mercado editorial brasileiro, contando com uma grande rede de distribuição no Brasil todo, e suas publicações atingiram qualidade editorial que se equipara às melhores e mais competitivas editoras comerciais.

A decisão de colocar a publicação dos periódicos científicos a cargo de cada unidade também pode ser considerada feliz, pois os periódicos da Universidade de São Paulo são bastante conceituados no meio acadêmico e muitos deles são indexados nas principais bases de dados de suas áreas.

No entanto, ao optar única e exclusivamente pela divulgação científica no formato de livros, a editora abre mão do meio preferido pelos cientistas para a comunicação dos resultados de suas pesquisas (citado por TENOPIR; KING, 2001).

As editoras universitárias têm desempenhado um importante papel na divulgação científica, atingindo um grau de desenvolvimento que se acentuou na década de 1980, quando houve o crescimento mais significativo (BUFREM, 2002).

Ainda que estas editoras enfrentem dificuldades, sobretudo no que diz respeito à concorrência com as editoras comerciais e aos escassos recursos destinados às publicações, tem-se tornado uma exigência cada vez maior dos corpos discente e docentes desejosos que os

resultados de suas pesquisas transformem-se em publicações, impressas ou não, distribuídas e divulgadas adequadamente.

Embora muitas instituições apresentem somente o que poderia ser chamado de gráfica, com equipamentos muitas vezes obsoletos e poucas publicações restritas à distribuição interna, a tendência é a modernização, o aumento do número de publicações e o desenvolvimento da estrutura humana e de produção (BUFREM, 2002).

As editoras universitárias, uma vez que estão diretamente ligadas a um campus que reúne diversos cursos das mais variadas áreas, são capazes de desenvolver um caráter multidisciplinar na editoração de periódicos de diferentes áreas sem que isso acarrete grandes dificuldades por parte de seus coordenadores e editores executivos.

7 PROCESSO EDITORIAL DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

A preocupação com o processo editorial de um periódico científico remonta à década de 1970 do século XX, quando a União das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), convidou o editor de uma revista química para elaborar o *Guidelines for editors of scientific and technical journals*, no qual são definidas as primeiras funções do editor científico, a estrutura dos periódicos e a forma de apresentação de artigos científicos, destacando “a principal habilidade do editor para atingir o leitor mediante os recursos dos processos de recuperação da informação” (POBLACIÓN, 2003, p. 498).

O processo editorial de um periódico científico varia de título para título, estando vinculado às características da unidade publicadora, seja ela uma sociedade, organização ou entidade de classe, departamento de uma universidade pública ou particular ou uma editora.

Este processo, no entanto, possui fases específicas, comuns a qualquer organização, que podem ser descritas como: **(a) definição de projeto gráfico**, fase necessária no momento de lançamento da primeira edição do periódico, e que define os *layouts* de capa e de miolo; **(b) recebimento de artigos**, fase na qual a pessoa responsável pelo periódico encarrega-se de receber e organizar os artigos candidatos a publicação; **(c) avaliação de artigos**, fase em que os artigos recebidos são analisados, seja pelo próprio editor acadêmico, por membros do Conselho Editorial/Científico ou da Comissão Editorial, ou mesmo por pareceristas, contratados ou convidados, pelo sistema *blind review* ou não; **(d) preparação de artigos**, fase composta por revisão dos originais dos artigos e normalização, realizada por revisores especializados ou pelo próprio editor acadêmico; **(e) editoração**, fase na qual os artigos são diagramados eletronicamente conforme o padrão gráfico estabelecido anteriormente, pelo próprio editor acadêmico, pessoas ligadas a ele ou então empresas especializadas; e **(f) acompanhamento gráfico**, fase na qual o editor acadêmico ou a pessoa responsável pela produção editorial e/ou gráfica do periódico verifica a adequação da impressão às características preestabelecidas, sendo ainda responsável pela aprovação da prova heliográfica (boneco do periódico impresso pela gráfica em papel jornal como prova do produto final, para verificação da montagem dos cadernos e eventuais correções de erros não detectados anteriormente).

A elaboração de um periódico científico, além da reunião de artigos de boa qualidade e da avaliação de pareceristas, envolve a prestação de serviços especializados nas áreas editorial e gráfica. Desde o momento em que o periódico é idealizado, é necessário que se definam algumas especificações técnicas que afetarão diretamente os custos da produção. Devido ao fato de grande parte dos editores acadêmicos não contarem com experiência em editoração, estas especificações transformam-se em grandes dificuldades, que muitas vezes refletem na qualidade do periódico científico.

8 PERIÓDICOS CIENTÍFICOS PRODUZIDOS POR EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

A pesquisa realizada avaliou os quatro últimos fascículos de 54 títulos produzidos entre janeiro de 2000 e dezembro de 2003, por 16 editoras universitárias brasileiras públicas e privadas situadas nos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Mato Grosso, Paraná e Minas Gerais. As editoras foram selecionadas a partir de pesquisa prévia entre os 101 afiliados à Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), em janeiro de 2004. Foram identificados 40 títulos da área de Humanas, 10 da área de Biológicas e quatro da área de Exatas. A estes, foram aplicados dois formulários de avaliação desenvolvidos especificamente para esta pesquisa: de forma, com 12 critérios, e de conteúdo, com sete critérios.

A pontuação em cada critério variava de 0 a 3,5 pontos, e ao final somou-se a pontuação obtida por cada um dos quatro fascículos; a média destes corresponde à pontuação do título, que foi classificado de acordo com a seguinte faixa de pontuação: A (Ótimo): 22,5 – 30,5; B (Bom): 15 – 22; C (Médio): 7,5 – 14,5; D (Fraco): 0 a 7. Nas três áreas, nenhum título foi classificado como Fraco ou ótimo, sendo que, na área de **Humanas**, 28 títulos foram classificados como bons e 12 como médios; na área de **Biológicas**, seis foram classificados como bons e quatro como médios; e na área de **Exatas**, dois foram classificados como bons e dois como médios.

Essa incidência de notas medianas foi observada, sobretudo, entre os títulos mais recentes, indicando que os editores acadêmicos destes títulos recorrem aos seus colegas de instituição para composição dos primeiros fascículos do periódico, possivelmente visando à sua publicação regular por tempo suficiente para que seja reconhecido no meio acadêmico de modo a começar a atrair artigos de autores de outras instituições e regiões.

Verificou-se, dentre os títulos analisados, que os dois títulos mais antigos analisados foram lançados em 1970, sendo um da área de Humanas e outro da área de Biológicas. O segundo, também da área de Humanas, foi lançado em 1976. Dois títulos ocupam o terceiro lugar como mais antigos, lançados em 1979, sendo um da área de Humanas e outro da área de Biológicas. Na área de Exatas, o título mais antigo foi lançado em 1994. Observou-se, também, que houve uma predominância de títulos lançados na década de 1990.

Além disso, 54% das editoras analisadas produzem periódicos em apenas uma área de conhecimento; 33% produzem em duas e 13% em três áreas. Isso pode indicar que, por representar a impressão de um periódico científico um alto investimento, as instituições de ensino superior dão preferência a áreas específicas, possivelmente relacionadas aos seus cursos de maior destaque.

9 CONCLUSÕES

Diante dos resultados obtidos, pode-se concluir que os periódicos científicos produzidos pelas editoras universitárias analisadas têm um forte caráter institucional, tanto na composição de seus corpos de conselheiros quanto na autoria dos artigos.

A grande maioria dos periódicos analisados obteve pontuação média ou máxima nos critérios relacionados à forma, de onde se conclui que os responsáveis por sua produção conhecem os aspectos básicos de uma publicação científica, levados em consideração pelas principais bases de dados. A baixa pontuação nos critérios relacionados ao conteúdo ocorreu, principalmente, devido à diversidade regional e institucional de autores e de membros de conselhos.

Conclui-se que o caráter institucional dos periódicos científicos analisados é o reflexo de um esforço, por parte dos responsáveis pelo título, para garantir a produção e sobrevivência do periódico. A consequência deste fato, entretanto, é que os títulos produzidos por editoras universitárias prendem-se num novo círculo vicioso, além do círculo no qual

estão inseridos os periódicos científicos brasileiros, identificado por Mueller (2001) e já mencionado anteriormente.

Neste novo círculo vicioso, o periódico científico nasce com o objetivo de promover a divulgação das pesquisas produzidas pela instituição de ensino superior responsável pela produção, intra e extramuros; uma vez que o título fica restrito à produção dos pesquisadores da própria instituição, entretanto, a divulgação extramuros não ocorre, pois o periódico afasta-se de critérios básicos exigidos pelas bases de dados que podem garantir maior visibilidade – sem essa visibilidade, não há atração de trabalhos de outras instituições e regiões, e o título volta à estaca zero, mantendo seu caráter institucional.

Esta afirmação deve ser analisada à luz do fato de que a grande maioria dos periódicos analisados foi lançada na década de 1990, e, portanto, são poucos os que já alcançaram o tempo médio mínimo de cinco anos de publicação regular para conquistar a consolidação no meio acadêmico. Vale lembrar que a pesquisa não averiguou se os fascículos analisados foram lançados ou não com atraso em relação à sua periodicidade – assim, não é possível afirmar que os periódicos analisados circularam no período correspondente ou imediatamente posterior às datas de capa.

Essa condição é básica para que os pesquisadores identifiquem o periódico científico como fonte previsível e regular, tanto para consulta quanto para submeter seus artigos, sem dúvidas de que o trabalho levará um tempo predeterminado para ser publicado. Mais do que isso, sem dúvidas de que o periódico não deixará de existir após a aprovação para publicação.

Outra interpretação para os resultados obtidos, no que diz respeito ao caráter institucional dos periódicos científicos analisados, é a atual imposição, por parte das instituições de ensino superior, para que seus docentes mantenham-se ativos na pesquisa científica, o que pode ser traduzido pela publicação de artigos.

Uma vez que estes docentes dedicam um grande número de horas ao ensino, muitas vezes em mais de uma instituição, sobra-lhes pouco tempo para interagir com seus pares e mesmo para dedicar-se a pesquisas que resultarão em artigos. Assim, um único artigo pode levar bastante tempo para ser produzido – muitas vezes, tempo suficiente para que sejam publicados outros trabalhos, diminuindo assim o ineditismo de tema pretendido pelos periódicos científicos de destaque.

Logo, os periódicos científicos produzidos por editoras universitárias podem representar ainda uma alternativa para que os docentes da instituição publiquem artigos que são fruto de um trabalho que consumiu as poucas horas disponíveis deste pesquisador, mas que foram rejeitados por outros títulos. Ao mesmo tempo, a instituição de ensino superior também garante, com isso, a pontuação no critério relacionado à produção científica de seus docentes, nas avaliações realizadas pela CAPES.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. O fenômeno informacional na Ciência da Informação e Biblioteconomia: abordagem teórico-conceitual. In: **Ciência da Informação: múltiplos discursos**. São Luís do Maranhão: EDUFMA, 2002, v. 1, p. 11-34.

BRAGA, G. M.; OBERHOFER, A. Diretrizes para avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. **Ver. Lat. Doc.**, v. 2, n. 1, p. 27-31, 1982.

BUFREM, Leilah Santiago. **Editoras universitárias no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2002.

CRUZ, Ângelo Antônio Alves Corrêa da; BATTAGLIA, Beatriz Bergonzoni; OLIVEIRA, Érica Beatriz Pinto Moreschi de; GABRIEL, Maria Aparecida; FERREIRA, Rita de Cássia

Santos; PRATI, Suely Cafazzi. Impacto dos periódicos eletrônicos em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 2, maio/ago. 2003.

KRZYZANOVSKI, Rosaly Favero; FERREIRA, Maria Cecília Gonzaga. Avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 165-175, maio/ago. 1998.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MUELLER, Suzana P M. **O círculo vicioso que prende os periódicos nacionais** *DataGramZero - Revista de Ciência da Informação* - n. zero dez/99 **ARTIGO 04** disponível em: <http://datagramazero.org.br/jun05/F_I_onum.htm> Acesso em agosto de 2005.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt, PRADO, Noêmia Schoffen. Bibliotecas virtuais e digitais: análise de artigos de periódicos brasileiros (1995/2000). **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 61-74, jan./abr. 2002.

PEREZ, José Fernando. Pesquisa: a construção de novos paradigmas. **São Paulo em perspectiva**, v. 16, n. 4, p. 30-35, out./dez. 2002.

SOUZA, Elaine Pereira de; PAULA, Maria Carlota de Souza. Qualis: a base de qualificação dos periódicos científicos utilizada na avaliação CAPES. **InfoCAPES Boletim Informativo**, v. 10, n. 2, p. ,abr./jun. 2002.

STUMPF, Ida Regina Chitto. **Reflexões sobre as revistas brasileiras**. Disponível em: <www.ilea.ufrgs.br/entexto>. Acesso em: 2 jul. 2000.

TARGINO, Maria das Graças. Divulgação de resultados como expressão da função social do pesquisador. **Revista de Biblioteconomia**, Brasília, v. 23/24, p. 333-346, especial 1999/2000.

TENOPIR, Carol; KING, Donald W. A importância dos periódicos para o trabalho científico. **Revista de Biblioteconomia**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 15-26, jan./jun. 2001.

YAMAMOTO, Oswaldo H.; MENANDRO, Paulo Rogério Meira; KOLLER, Sílvia Helena. Avaliação de periódicos brasileiros da área da psicologia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 163-177, ago. 2002.

TRZESNIAK, Piotr. **Divulgação Científica**. I Simpósio Sul-Brasileiro de Editoração Científica. Umuarama, PR, 2002.